

INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO-RN: UM ESTUDO DE CASO

SCHOOL INCLUSION OF STUDENT WITH MULTIPLE DISABILITIES FROM THE MUNICIPALITY OF OURO BRANCO-RN: A CASE STUDY

INCLUSIÓN ESCOLAR DE ESTUDIANTE CON DISCAPACIDAD MÚLTIPLE DEL MUNICIPIO DE OURO BRANCO-RN: UN ESTUDIO DE CASO

Adriana Azevedo da Silva¹

Stephanie Yasmin Nóbrega de Sousa²

Ilderlândio Assis de Andrade Nascimento³

RESUMO

Este artigo discute o processo de inclusão de um aluno com deficiência múltipla no contexto escolar, ressaltando aspectos educacionais e sociais envolvidos no processo. Fundamentado na perspectiva da Educação Inclusiva, realizou-se um estudo de caso que foca, numa abordagem qualitativa, o processo de inclusão escolar específico de um aluno de uma escola pública do município de Ouro Branco, no Rio Grande do Norte, Brasil. Além das informações obtidas a partir da observação direta, a pesquisa contou com a colaboração de uma professora e também da mãe do aluno, que forneceram dados de experiências concretas por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas no segundo semestre do ano de 2023. Além disso, o estudo também coletou imagens de redes sociais que documentam a participação do estudante em algumas atividades escolares. Os dados forneceram subsídios para discutir como o estudante se envolve em atividades realizadas nos espaços e práticas sociais, bem como dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar, ressaltando a valorização dos aspectos educacionais envolvidos no processo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Inclusão escolar; Deficiência Múltipla.

ABSTRACT

This article discusses the process of including a student with multiple disabilities in the school context, highlighting emotional, educational and social aspects involved in the process. Based on the perspective of Inclusive Education, a case study was conducted focusing, in a qualitative approach, on the specific school inclusion process of a student from a public school in the municipality of Ouro Branco, in Rio Grande do Norte, Brazil. In addition to the information obtained from direct observation in this study, the research had the collaboration of a teacher and also the student's mother, who provided data on concrete experiences through

¹ Graduanda do curso de Pedagogia, DEDUC/CERES/UFRN, e-mail: azevedoadriana985@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia, DEDUC/CERES/UFRN, e-mail: Stephanieyasmin396@gmail.com

³ Doutor em Linguística, docente do DEDUC/CERES/UFRN, e-mail: ilderlandion@gmail.com



semi-structured interviews, carried out in the second half of 2023. Additionally, the study also collected images from social media that document the student's participation in some school activities. The data provided a basis for discussing how the student engages in activities conducted in social spaces and practices, as well as the challenges faced in the school inclusion process, emphasizing the importance of the educational aspects involved in the process.

Keywords: Inclusive education; School inclusion; Multiple disabilities.

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de inclusión de un estudiante con pluridiscapacidad en el contexto escolar, destacando los aspectos emocionales, educativos y sociales involucrados en el proceso. Basado en la perspectiva de la Educación Inclusiva, se realizó un estudio de caso que se enfoca, con un enfoque cualitativo, en el proceso específico de inclusión escolar de un estudiante de una escuela pública del municipio de Ouro Branco, en Rio Grande do Norte, Brasil. Además de la información obtenida de la observación directa en este estudio, la investigación contó con la colaboración de una docente y también de la madre del estudiante, quienes brindaron datos de experiencias concretas a través de entrevistas semiestructuradas, realizadas en el segundo semestre de 2023. Además, el estudio también recopiló imágenes de redes sociales que documentan la participación del estudiante en algunas actividades escolares. Los datos proporcionaron una base para discutir cómo el estudiante participa en actividades realizadas en espacios y prácticas sociales, así como los desafíos enfrentados en el proceso de inclusión escolar, resaltando la importancia de los aspectos educativos involucrados en el proceso.

Palabras clave: Educación inclusiva; Inclusión escolar; Múltiples Discapacidades.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, as crianças com deficiências não tinham seus direitos garantidos em lei, sendo vistas como incapacitadas, tendo que frequentar escolas segregadoras (Uzêda, 2019). “Muitas dessas pessoas com deficiência ficavam confinadas em casa sem acesso a qualquer intervenção educacional” (Pletsch, 2015, p. 22). Isso era mais grave no caso de crianças com deficiência múltipla que, historicamente, não tiveram acesso a processos de ensino e aprendizagem, especialmente por serem vistos como incapazes. Em linhas gerais, a deficiência múltipla se caracteriza por um conjunto de duas ou mais deficiências – de ordem física, sensorial, mental, entre outras – associadas (Pletsch, 2015; Rossi, 2012).

No entanto, recentemente, de acordo com Sasaki (2005, p. 20), “o mundo da educação tomou conhecimento de um novo caminho para uma escola de qualidade e verdadeiramente aberta para todas as pessoas”. Com os avanços científicos e a ampliação dos direitos educacionais das pessoas com deficiências em geral (Pletsch, 2015), espera-se que as garantias advindas das legislações sejam efetivadas. Isso inclui



a disponibilização de profissionais, métodos, recursos didáticos, entre outros, que assegurem a inclusão do indivíduo com deficiência múltipla no ensino regular/comum.

Embora reconhecendo certos avanços no que diz respeito a existência de legislações, entretanto, o desafio para a efetiva inclusão ainda é uma luta constante nos contextos educacionais, principalmente no que diz respeito ao aparato didático-metodológico inclusivo para atender às demandas de cada aluno. Até porque, como bem expressa Sasaki (2005), a educação inclusiva difere substancialmente das formas antigas de inserção escolar de pessoas com deficiência e/ou com outros tipos de condições atípicas.

No campo do aparato legal, os avanços foram significativos e bem recentes, por exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.145/2015). Tal legislação pode ser entendida como uma resposta tardia ao compromisso assumido pelo Brasil na Conferência Mundial de Educação Especial expresso na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). No centro dessa declaração está a defesa de uma educação equânime e inclusiva.

Adentrando a essa temática, este estudo aborda o processo de inclusão escolar de um estudante que possui deficiência múltipla, que envolve comprometimento motor e cognitivo. Diante disso, considerando o quadro e os desafios enfrentados pelo estudante, é importante enfatizar o atendimento educacional específico no processo de inclusão escolar. Desse modo, este estudo procura responder às seguintes perguntas: (i) que práticas e recursos pedagógicos possibilitam a participação do estudante nos processos educativos e sociais? (ii) como ocorre a interação do estudante nos espaços educativos e socioculturais?

A partir dessas questões, foi estabelecido, como objetivo geral, investigar o processo de inclusão do educando no espaço escolar. E, como desdobramento desse objetivo geral, buscou-se, especificamente, (i) identificar e compreender práticas e recursos pedagógicos que possibilitem a participação do estudante nos processos educativos e socioculturais; (ii) analisar como ocorre a interação do aluno com deficiência nos espaços educativos e socioculturais.

Este artigo destaca, na próxima seção, aspectos metodológicos acerca de como foi realizada a pesquisa, que aprofunda o conhecimento de um caso específico. Na sequência, apresenta uma discussão referente aos estudos realizados no âmbito da educação inclusiva, especificando o que se compreende por deficiência múltipla. Na seção de análise, apresenta e discute dados da pesquisa, tecendo reflexões acerca de



processos educativos inclusivos e a valorização dos aspectos educacionais e sociais de pessoas envolvidas na aprendizagem do aluno com deficiência múltipla. Por fim, nas considerações finais, destaca a importância da valorização dos aspectos educacionais e sociais envolvidos no processo de inclusão escolar.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de contribuir com os conhecimentos da área, esta investigação dialoga com saberes do campo da Educação Inclusiva, concentrando-se no estudo de um caso específico. Segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Por sua vez, Severino (2017, p. 92) explica que, no estudo de caso, “a coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral”.

Para esse mesmo autor, “o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências” (Severino, 2017, p. 92). Assim, no que compreende a presente pesquisa, o caso escolhido para investigação encontra sua relevância significativa no próprio processo de compreensão de como ocorre a inclusão escolar do estudante, considerando a deficiência múltipla. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa dos dados, que visa compreender, explicar e examinar evidências de como ocorre o processo de inclusão de um aluno com deficiência múltipla.

O aluno com deficiência múltipla atualmente estuda no 2º Ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual do Município de Ouro Branco, no Rio Grande do Norte. Cadeirante e muito dependente de um profissional de apoio, o estudante tem pouca coordenação motora, acarretando, por exemplo, dificuldades ao segurar o lápis, necessitando da ajuda da professora, que precisa segurar sua mão na realização de tarefas. Ele também apresenta dificuldades na fala, mas, por outro lado, consegue estabelecer uma boa interatividade com os colegas de sala e com as demais pessoas que fazem parte da instituição escolar.

Para obter informações acerca de seu processo de inclusão escolar, além da vivência e do contato direto com ele, com a família e com seus professores, utilizou-



se, como técnica de pesquisa para coleta de dados, uma entrevista semiestruturada gravada. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2023, utilizando-se de um aparelho celular como gravador. Depois disso, as falas/respostas foram transcritas manualmente. Com esse instrumento, foi possível coletar dados acerca dos recursos pedagógicos utilizados no processo educacional, bem como informações acerca de como ocorre a inclusão escolar.

A professora entrevistada é formada em pedagogia e especialista em Educação Infantil. Já a mãe entrevistada é quem normalmente acompanha o estudante mais de perto, o que é importante para compreender a dimensão das sensibilidades envolvidas nesse processo de inclusão.

Ademais, entrevistar a mãe e uma professora do estudante apresenta um caráter simbólico importante, pois ambas representam a relação entre família e escola no processo de inclusão. Uzêda (2019, p. 18) observa que “os familiares têm muito a dizer sobre o estudante e, [...], é possível compreender melhor a realidade social vivenciada pelo estudante, os estímulos que recebe e as barreiras que enfrenta no ambiente domiciliar”. É nessa perspectiva, portanto, que os depoimentos da mãe e da professora são colocados em relação dialógica neste estudo.

Além das entrevistas, a pesquisa coletou imagens documentais acerca do caso. As imagens foram coletadas, por exemplo, de redes sociais da instituição escolar, arquivo pessoal de pessoas envolvidas com atividades realizadas com o aluno. Com isso, espera-se apresentar, por meio do registro imagético, tentativas de integração do aluno em eventos promovidos pela escola.

Cabe ressaltar que o estudo seguiu o comprometimento ético da pesquisa em ciências humanas, como posto na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, que, conforme o seu artigo primeiro, dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis (Brasil, 2016). Assim, quanto ao consentimento, todos os participantes (professora, mãe e estudante) foram informados sobre os objetivos da pesquisa e deram consentimento para a participação. Quanto à confidencialidade, foi garantido o anonimato e confidencialidade dos dados coletados, evitando-se a referência aos nomes dos participantes. As imagens utilizadas nas análises estão disponíveis virtualmente em redes sociais da escola e da prefeitura, que registraram a participação do estudante em eventos socioculturais.

EDUCAÇÃO ESCOLAR, DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E INCLUSÃO

Um dos papéis mais relevantes da educação escolar diz respeito ao processo de inclusão, que se coloca como um tema central nas sociedades contemporâneas. Assim, “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos (a)s aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem” (Santana; Silva, 2021, p. 02). No entanto, apesar de ser um tema presente em muitas discussões, não se pode desconsiderar que há lacunas nas políticas públicas no que se refere à promoção de ações que, de fato, criem um ambiente inclusivo na escola e nas situações sociais diversas.

No caso específico da escola, é inegável a sua relevância na vida de pessoas com deficiência, considerando, entre outros, seu papel de mobilização social que envolve mudanças, adaptações, criação de novos métodos e materiais, novas posturas, nova cultura de respeito, afeto, empatia etc. Ademais, é pensar seu papel enquanto formadora para um processo que acontece para além dos muros da escola.

A inclusão é um processo amplo. No que diz respeito à educação, Vygotsky afirma que “a educação não apenas influi em alguns processos de desenvolvimento, mas reestrutura as funções do comportamento em toda a sua amplitude” (Vygotsky, 1999, p.99). No microuniverso complexo da escola, onde a educação formal acontece, a discussão se volta, entre outras, para práticas específicas, como as exercidas pelo professor e equipe responsável.

No que se refere à noção de deficiência, o decreto n.º 3.278/1999, que regulamenta a Lei n.º 7.853/1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Brasil, 1999), no artigo 3º, inciso I, diz que deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Nesse caso, essa lei ainda atribui apenas à deficiência a causa da incapacidade para o desempenho de atividades, que, de certa forma, coloca a responsabilidade somente na pessoa deficiente.

Já a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015, art. 2º) enfatiza que é o contado da deficiência com as barreiras que impede a participação e a inclusão,

retirando, portanto, a responsabilidade da pessoa com deficiência e colocando tal responsabilidade nas barreiras. Assim, conforme essa Lei:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, art. 2º).

Essa mesma Lei, no art. 3º, ao define barreiras, traz o conceito de “barreiras atitudinais”, que são “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, art. 3º).

Quanto à deficiência múltipla, ocorre quando há uma junção de características. Rossi (2012), por exemplo, menciona algumas associações que se configuram enquanto *deficiência múltipla*:

Física e Psíquica; Deficiência física associada à deficiência mental; Deficiência física associada a transtornos mentais; Sensorial Psíquica; Deficiência auditiva associada à deficiência mental; Deficiência visual associada a deficiência mental. Deficiência auditiva associada a transtornos mentais; Sensorial e Física; Deficiência auditiva associada à deficiência física; Deficiência visual associada a deficiência física, Física, Psíquica e Sensorial (Rossi, 2012, p. 07).

De acordo com Pletsch (2015, p. 14), a deficiência múltipla “é uma condição que afeta em maior ou menor intensidade o funcionamento individual e social dos sujeitos com essa deficiência”. Por sua vez, Uzêda (2019, p. 44) explica que a deficiência múltipla “muitas vezes mostra-se uma condição bastante desafiadora para o professor, pois a interação entre duas ou mais deficiências gera naquela criança necessidades que são bem singulares com as quais o educador não tem experiência prévia”.

Destaque-se também que a inclusão educacional de alunos com deficiência múltipla é bastante influenciada pelas relações sociais vivenciadas nesse processo. De acordo com Monteiro et al. (s.d., p. 01):

[...] tão determinante quanto às características corporais, com suas limitações, incapacidades, funcionalidades ou potencialidades, é a

leitura social feita dessa condição, é o olhar do outro e o sentido atribuído a ela (Monteiro *et al.*, s.d., p. 01).

Quando a essa “leitura social”, a esse “olhar do outro”, numa perspectiva discursiva, Da Costa e Teixeira (2024, p.9) dizem que “também podem constituir-se como barreiras os diferentes discursos que atravessam as variadas atividades humanas, nos quais estão engendradas as mais heterogêneas cosmovisões sobre a pessoa com deficiência”. É perceptível que há desafios impostos pela sociedade para pessoas com deficiência. Nesse sentido, há uma necessidade de um olhar mais amplo, que envolve um trabalho educacional desenvolvido na escola e que alcança a sociedade como um todo.

Esse olhar mais amplo pode ser entendido a partir de um forte pilar da educação, qual seja, “saber viver juntos” (Sánchez, 2005). De acordo com Sánchez (2005, p. 10), “trata-se de uns dos principais objetivos da educação contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais em todas as atividades humanas”.

Para a mesma autora:

[...] a luta contra a exclusão por meio de traçados que favorecem o contato e a comunicação entre os membros de grupos diferentes, em contextos de igualdade, por meio do descobrimento gradual do outro e do desenvolvimento de projetos de trabalho em comum (Sánchez, 2005, p. 10).

Em diálogo com esse entendimento, o desenvolvimento de um indivíduo se dá a partir da relação direta entre o sujeito e o ambiente ao seu redor. Nessa compreensão, torna-se importante ressaltar a relevância da mediação das pessoas que compõem o ciclo do aluno, principalmente no ambiente familiar e escolar. A partir da mediação e do meio é possível proporcionar um ambiente que estimule o desenvolvimento do aluno, como também ocorrerão as trocas sociais e culturais.

Assim, é preciso superar o chamado modelo médico da deficiência, “segundo o qual o problema está na pessoa com deficiência e, por esta razão, ela precisa ser “corrigida” (melhorada, curada etc), a fim de poder fazer parte da sociedade” (Sasaki, 2005, p. 20). Em contrapartida, é preciso investir esforços no modelo social da deficiência, que nasce a partir da luta de ativistas do movimento liderado por pessoas com deficiência.

Esse modelo social da deficiência, de acordo com Sasaki (2005), aponta as barreiras da sociedade (escola, empresa etc) que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social (inclusão escolar, inclusão profissional etc.). Essa perspectiva não se confunde com a noção de integração. Sasaki (2005) diz que o paradigma da integração ocorria e ainda ocorre de três formas, a saber:

- (i) Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiam ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade (escola comum, empresa comum, clube comum etc.).
- (ii) Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas sem deficiência.
- (iii) Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais (Sasaki, 2005, p. 21).

Ao discutir essa temática, Uzêda (2019) diz que o movimento de Integração foi considerado um avanço em relação ao modelo anterior. Ela explica que esse avanço

[...] possibilitou o acesso à escola regular – antes negado –, mas não garantiu que a escolarização de fato se processasse junto às demais crianças. Os estudantes com deficiência ocupavam fisicamente o espaço escolar, mas estavam simbólica e socialmente excluídos (Uzêda, 2019, p. 10).

Além disso, “a integração pouco exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços, de objetos e de práticas sociais” (Sasaki, 2005, p. 22). De acordo com o mesmo autor, as formas de integração, mesmo com todos os méritos, não deixam de ser segregativas.

Já o paradigma da inclusão, que surgiu nos anos 1980 como resposta aos movimentos de integração, de acordo com Da Costa e Teixeira (2024):

[fundamenta-se] na cosmovisão, [...], de que é necessário um processo de reforma e reestruturação da sociedade, a fim de que as pessoas com deficiência possam participar de todas as atividades humanas em condições de igualdade. Nesse sentido, a transição entre as práticas de integração e inclusão representa mais do que uma mudança semântica de termos politicamente corretos (Da Costa; Teixeira (2024, p. 12).

Desse modo, a perspectiva inclusiva destaca a importância de reconhecer esse público como sujeitos históricos e de direitos. Entre outros direitos, cabe ressaltar as qualificações necessárias para os profissionais da educação. Quanto a essa necessidade, são pertinentes as colocações de Carvalho (1996), ao destacar o papel da escola em encontrar maneiras para apoiar as crianças com deficiência no processo de enfrentamento de suas dificuldades.

Conforme Carvalho (1996, p.66):

[...] deve a escola encontrar caminhos alternativos e eficientes para apoiar essas crianças na superação de suas dificuldades, dando-lhes oportunidades de sucesso real e de conquistas na vida acadêmica, até mesmo quando apresentam outras deficiências associadas (Carvalho, 1996, p.66).

Especificamente em relação à deficiência múltipla, Carvalho (1996) alerta para não minimizarmos as dificuldades que uma pessoa com deficiência múltipla enfrenta para atingir tais objetivos. Esse entendimento é semelhante à própria definição de educação inclusiva apresentada por Sánchez (2005). Essa última ressalta que:

[...] a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (Sánchez, 2005, p. 11).

Em outras palavras, a mesma pesquisadora diz que a educação inclusiva ocorre quando todos são “considerados cidadãos de direito nas escolas regulares, bem-vindos e aceitos; formem parte da vida daquela comunidade escolar; e sejam vistos como um desafio a ser avançado” (Sánchez, 2005, p. 11). Consoante a essa temática e apontando outro aspecto, Dutra (2005, p. 5) entende que “a educação inclusiva pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantia do direito de todos à educação”. Assim, a formação de professores é necessária, considerando que a criança com deficiência precisa de acompanhamento especializado desde o início de sua trajetória escolar.

Nesse sentido, e partindo desse olhar mais amplo, o educador passa a atuar como mediador do processo de aprendizagem, obtendo conhecimento mais refinado



sobre o processo inclusivo juntamente com a instituição escolar. Portanto, a partir dessas considerações e trazendo o foco para o caso específico deste estudo, o docente deve mediar atividades adaptadas que promovem e auxiliem o desenvolvimento motor, cognitivo e a linguagem do aluno, obtendo o apoio necessário da escola e de todas as partes envolvidas nesse processo.

O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: O CASO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

A partir de uma busca de informações detalhadas sobre o caso em estudo, tem-se como objetivo compreender o processo de inclusão de um estudante com deficiência múltipla. A deficiência múltipla em questão envolve encefalopatia crônica da infância e secundariamente com epilepsia e déficit no desenvolvimento neuropsicomotor. Esta condição teve como fator causal um parto distócico, com anóxia cerebral severa que determinou comprometimento difuso no cérebro.

O parto distócico se refere a dificuldades ou complicações, tornando o processo de nascimento mais complexo do que o habitual. A anóxia cerebral ocorre devido à falta de oxigênio no cérebro, que, conseqüentemente, acarretou problemas motores e cognitivos no aluno. Logo após o nascimento, houve o início de crises convulsivas focais que atualmente estão sob controle. O comprometimento motor se torna mais severo do que as funções cognitivas, e, no caso do estudante, o déficit intelectual está enquadrado como moderado.

No processo de coleta de dados acerca do caso em estudo, foram reunidas informações junto à mãe e a uma professora do estudante, além de coleta de registros fotográficos disponíveis em redes sociais. A seguir, serão analisados os dados coletados por meio do instrumento de pesquisa.

Na entrevista realizada com a mãe do estudante, primeiramente, foi perguntado acerca do processo de alfabetização e como ele reagiu a esse processo. Obteve-se a seguinte resposta:

MÃE:

"Desde quando ele começou a estudar foi normal, ele ia acompanhando de acordo com as limitações dele, aí hoje ele já conhece algumas letras, algumas cores e números, mas não muitos e hoje ele faz as atividades dele adaptadas."

Conforme o depoimento da mãe, o aluno adquiriu alguns conhecimentos básicos relacionados ao processo de alfabetização. A mãe cita o conhecimento de letras, cores e números, mas ressalta que não é muito. Tais conhecimentos fazem parte do processo inicial da alfabetização, denotando que o estudante está ainda nos primeiros passos da aquisição de conhecimentos relacionados à escrita alfabética e à alfabetização matemática.

Cabe pontuar que a mãe nota que a escola procura atender às demandas apresentadas pelo aluno, quanto à adaptação de materiais, pois as atividades relacionadas ao processo de alfabetização são adaptadas. Essa adaptação é fundamental para o processo de inclusão do aluno no espaço escolar.

Por sua vez, na entrevista com a professora, foi perguntado como ocorreu o processo de alfabetização do respectivo estudante durante o tempo em que ela esteve como sua professora. A professora expressou sua percepção do seguinte modo:

PROFESSORA:

“O processo na época que peguei o aluno foi muito difícil pois eu tinha uma turma grande e não tinha auxiliar, ele não andava e dificultava mais ainda meu trabalho com ele e as outras crianças. Depois que reclamei com a direção foi que me mandaram um auxiliar, além do mesmo haviam mais duas crianças especiais na turma, eu tinha que atender a todos e a mãe da criança teve que ficar várias vezes na sala.”

Na percepção da docente, inicialmente o processo de alfabetização e inclusão trouxe muitas dificuldades. Ela pontua que isso foi decorrente do fato de que trabalhava com uma turma grande e não contava com uma auxiliar na sala de aula. Essa percepção da professora leva a pensar como estão organizadas as salas de aulas para receber os alunos com algum tipo de deficiência. Como se nota, salas superlotadas e a falta de auxiliar podem ser barreiras fundamentais que impedem o processo de alfabetização e inclusão do aluno com deficiência.

Essa falta de auxiliar fez com que a Mãe precisasse acompanhar o estudante durante certo tempo. Pletsch (2015, p. 27) constatou em sua pesquisa que “as famílias em condições econômicas mais favoráveis pagam por esses serviços, mas isso não é possível para a maioria esmagadora das demais famílias brasileiras”. Pletsch (2015) destaca a obrigatoriedade do Estado, pois “para que de fato e de direito as pessoas com deficiência múltipla tenham garantido seu desenvolvimento, é necessário que o Estado



ofereça recursos materiais e humanos e, sobretudo, intervenções pedagógicas precoces e qualificadas” (Pletsch, 2015, p. 27). Assim, cabe ressaltar que os pais dos estudantes com deficiência não podem assumir o papel de profissionais de apoio, pois, legalmente, o estudante tem direito ao suporte desse profissional.

Se a professora aponta o número excessivo de alunos na sala e a falta de uma auxiliar como elementos que tornam difícil o processo educacional e a inclusão do estudante com deficiência, a mãe menciona outra barreira, a saber, o preconceito. Assim, foi perguntado à mãe acerca das maiores dificuldades enfrentadas no decorrer do processo de inclusão do aluno na escola. Obteve-se a seguinte resposta:

MÃE:

"O preconceito, sempre tem, não diretamente, mas sempre a gente percebe às vezes por alunos ou até mesmo por adultos. Independente das dificuldades, me sinto grata por cada fase superada"

Conforme se nota, na percepção da mãe, o preconceito foi mencionado como maior dificuldade no processo de inclusão na escola. Esse preconceito, como se infere, foi percebido tanto nas ações de outros alunos, quanto nas ações de adultos. A escola não está isenta de reproduzir preconceitos que circulam na sociedade. Ao discorrer acerca das barreiras que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social, Sasaki (2005, p. 20) diz que essas “se manifestam por meio de seus ambientes restritivos, suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças”.

A percepção da mãe em relação ao tratamento recebido pelo filho mostra que a inclusão precisa ter como pressupostos, entre outros, o princípio do acolhimento, da aceitação, da igualdade, do respeito. Como bem destaca Uzêda (2019, p.10), “incluir é, portanto, um exercício diário de conviver com o outro, buscando enxergar sua singularidade e valorizar seu potencial”. A dimensão subjetiva e atitudinal pode criar barreiras (atitudinais) que impedem o processo de inclusão.

Por outro lado, é interessante salientar que, em outro ponto da entrevista, na perspectiva da mãe, o estudante nunca foi excluído na escola. Quando questionada se houve algum momento no qual percebeu que o seu filho se sentiu excluído da escola e, se houve, quais as atitudes foram tomadas pela escola, a mãe respondeu o seguinte:

MÃE:

“Não teve nenhum momento, ele sempre foi incluído em todos os eventos da escola.”

Possivelmente, essa percepção decorre do fato de que o estudante é bastante ativo nos eventos promovidos pela escola. Durante o estudo, foram coletados vários registros do aluno em eventos realizados pela instituição. Seguem algumas imagens:

Figura 1: Participação no desfile cívico da escola.



Fonte: Rede Social da Instituição escolar, 2023.

Figura 2: Participação no Arraiá da escola.



Fonte: Rede Social da Instituição Escolar, 2023.

Figura 3: Participação da Companhia de Teatro Brotos de Algodão.



Fonte: Rede Social da Prefeitura Municipal, 2023.

Essa última imagem diz respeito à apresentação de estreia da Companhia de Teatro Brotos de Algodão do Projeto Trapiá, da qual o aluno faz parte, juntamente com os adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Assistência Social da cidade.

A partir dessas imagens e do depoimento da mãe, observa-se que o aluno participa de projetos e eventos não apenas no âmbito da escola. Há, assim, um interesse na integração do aluno não só nas atividades realizadas na instituição escolar, mas também em projetos da cidade. Vale destacar o impacto positivo dessa integração na vida do aluno, como também na de outras pessoas, pois, com a integração, a sociedade tende a aprender com as diferenças e, a partir disso, há a possibilidade de se tornarem pessoas mais empáticas, sensíveis, tolerantes no convívio com os outros diferentes.

Todavia, como já discutido em outro momento, cabe pontuar que integração não abarca toda a dimensão da inclusão. Sasaki (2005) nos diz que a inserção é suficiente para que pessoas com deficiência sejam inseridas em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Ao mesmo tempo, de acordo com Sasaki (2005, p. 21), “a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas”. Como se nota, inclusão não é questão apenas da escola, mas da sociedade como um todo. Sasaki (2005) argumenta que a eliminação de fatores que excluem deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas.

A interação empática com o diferente precisa ser uma característica da inclusão na escola e na sociedade. Nesse processo de eliminação de fatores que excluem



peçoas, a educaçoão exerce papel fundamental, pois tem o potencial para a criaçoão de uma cultura inclusiva. Ao pensar a educaçoão contemporânea, Sánchez (2005, p. 10) diz que “essa educaçoão requer, sem dúbida, o desenvolvimento da compreensáo ante o outro, e a percepçoão de formas de interdependência, respeitando os valores do pluralismo, a compreensáo mútua e a paz”.

Verticalizando a questáo para o contexto da sala de aula, na ótica da professora entrevistada, o estudante interagiu com os colegas através de diferentes gestos manuais e corporais, também de forma oral, apesar da dificuldade na compreensáo de sua fala. Quando foi perguntado sobre como o aluno reagiu nas aulas, a docente respondeu o seguinte:

PROFESSORA:

“Ele sempre reagiu bem nas aulas, apesar da sua limitaçoão sempre foi muito participativo e interagiu com os colegas.”

O fato de participar de eventos realizados pela escola e interagir com colegas em sala são aspectos percebidos como práticas inclusivas do aluno com deficiência. Quanto a isso, dois aspectos precisam ser observados. Primeiro, a escola se mostra exemplar ao envolver o aluno com deficiência em seus eventos. Essa prática, que é percebida pela mãe como atitude inclusiva, promove a socializaçoão e a construçoão afetiva da pessoa com deficiência em relaçoão a criaçoão de laços sociais e memórias.

Uma segunda observaçoão necessária diz respeito ao processo mais amplo e complexo que envolve a inclusáo, pois apenas a participaçoão – a integraçoão em eventos – não contempla totalmente a dimensáo da inclusáo. Essa precisa ser entendida a partir de uma dimensáo humanizadora, que leva em conta o outro, seus direitos e sua condiçoão diferente. Isso envolve também um processo de criaçoão de uma consciência humanizadora, uma cultura da sensibilidade, que olha para o outro sem as lentes do preconceito.

Voltando a atençoão mais precisamente para a dimensáo pedagógica da inclusáo, foi perguntado acerca dos estímulos e das metodologias utilizadas com o aluno. Obteve-se a seguinte resposta:

PROFESSORA:

“Ele não falava e nem andava, mas as atividades lúdicas e motoras que usávamos com a minha ajuda e de sua mãe sempre dava certo.”



Trabalhei muita pintura com tintas coloridas onde ele usava muito as mãos, recorte e colagem e brincadeiras.”

Nesse trecho, nota-se que a professora menciona o trabalho com atividades lúdicas e motoras. Ela cita a utilização de pintura com tintas coloridas, recorte e colagem e brincadeiras. É possível dizer que esse trabalho ainda dá frutos, pois o estudante consegue participar de atividades, como a representada na imagem a seguir:

Figura 4: Oficina de Artes Manuais, na sede da Assistência Social.



Fonte: Arquivo pessoal da Oficineira, 2023.

A figura 4 mostra o estudante participando de uma atividade que envolve o uso de pincéis e tinta. Além de ser uma atividade coletiva, envolve o exercício da coordenação motora e da criatividade. Essa atividade pode ser considerada uma conquista significativa, considerando as limitações decorrentes da deficiência múltipla.

Nesse ponto, cabe muito bem o comentário de Uzêda (2019, p. 10), quando observa que “os(as) educadores(as) não devem se ater unicamente ao déficit, à limitação imposta pela condição de deficiência”. Ela argumenta no sentido de enfatizar o trabalho docente na busca por desenvolver o potencial de cada aluno, partindo do nível de desenvolvimento em que a criança se encontra.

Feitas essas reflexões interpretativas do caso em análise, é o momento de tecer algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo focou a compreensão de um caso específico de inclusão escolar de um estudante com deficiência múltipla. Assumindo a perspectiva da Educação Inclusiva, foram discutidos dados coletados a partir de depoimentos da mãe e de uma professora do estudante, além de lançar mão de imagens que evidenciam sua participação em práticas e eventos organizados pela instituição escolar. A investigação procurou evidenciar (i) práticas e recursos pedagógicos que possibilitam a participação do aluno com deficiência múltipla nos processos educativos e sociais e (ii) como ocorre a interação do aluno nos espaços educativos e sociais.

O estudo revelou que o processo de inclusão do estudante com deficiência múltipla envolve uma série de desafios, tanto estruturais quanto atitudinais, pois foi possível identificar barreiras como a falta de auxiliares em sala de aula, turmas superlotadas e a persistência de preconceitos entre alunos e adultos. Esses fatores dificultam a plena participação do estudante nas atividades escolares, apesar dos esforços feitos pela escola para promover a integração.

No âmbito dos aspectos educacionais e inclusivos, foi constatado, no depoimento da mãe, que o estudante sofreu preconceitos na escola. Por outro lado, apesar das limitações, há um esforço da escola para integrar o estudante nas atividades escolares e sociais. O depoimento da mãe também revelou que, embora o preconceito muitas vezes não seja explícito, ele pode ser percebido em atitudes sutis, evidenciando a necessidade de uma maior conscientização dentro do ambiente escolar.

Em relação à docente entrevistada, ela expressou a angústia por ter ficado alguns dias sem o apoio de uma auxiliar na sala de aula. Na falta de um atendimento educacional específico, foi necessário a mãe do aluno estar presente várias vezes na sala de aula. A presença da mãe, em momentos em que a escola não oferecia o suporte necessário, reforça a importância de políticas públicas que garantam o apoio especializado contínuo aos alunos com deficiência. A professora entrevistada também mencionou o problema das salas de aulas superlotadas, somando-se à falta de uma auxiliar e de práticas educativas adequadas, como obstáculos, barreiras que impedem o processo de inclusão escolar.

Ademais, cabe salienta que o estudo evidencia que a inclusão escolar do estudante também apresentou aspectos positivos. Isso diz respeito a sua ativa participação nos eventos organizados pela escola, havendo um esforço da instituição para garantir sua participação em atividades sociais e culturais. A presença em desfiles



cívicos, festas escolares e eventos de teatro comunitário mostra que, em termos de integração social, a escola tem proporcionado oportunidades importantes para o desenvolvimento do aluno. Contudo, como apontado por Sasaki (2005), a inclusão vai além da mera participação em eventos; ela exige que os sistemas sociais e escolares sejam estruturados para eliminar as barreiras que ainda mantêm os alunos com deficiência distantes de uma verdadeira inclusão.

Em termos pedagógicos, o estudo revelou a importância de práticas educativas adaptadas e lúdicas no processo de aprendizagem do aluno. A professora entrevistada destacou o uso de atividades motoras, como pintura e colagem, que estimularam a criatividade e a interação do estudante.

Por fim, este estudo destaca a relevância das políticas públicas que assegurem o direito à educação de qualidade ao estudante com deficiência múltipla, proporcionando condições adequadas para o seu desenvolvimento integral. Assim, embora o caso em análise apresente avanços significativos no envolvimento social do aluno, o estudo aponta para a necessidade de uma maior articulação entre políticas públicas, escola e família, visando assegurar uma educação de qualidade que contemple as especificidades de cada estudante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016.** Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CARVALHO, Erenice Natália S. **A educação especial: concepção de deficiência.** Brasília, Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação, 1996.

DA COSTA, Dennis Souza; TEIXEIRA, Ivana Siqueira. A Atuação de Forças Centrípetas e Centrífugas no Discurso Religioso Sobre a Pessoa com Deficiência: Reflexões a partir de Bakhtin e o Círculo. **Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v.19, n.2, abr./jun. 2024, p. 1-30.



DUTRA, Claudia Pereira. Entrevista. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, out. 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2024.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza et al. Trilhas, caminhos e descaminhos: da diversidade à educação inclusiva. (Capítulo 1) **Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão**, s.d., p. 1-14. Disponível em: Trabalho/trilhas-caminhos-e-descaminhos-da-diversidade-a-educacao-inclusiva.pdf Acesso em: 03 maio 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Deficiência Múltipla: Formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. **Cadernos de pesquisa** v.45 n.155, jan./mar. 2015, p.12-29.

ROSSI, Fernanda Lima Cro. **Práticas educacionais inclusivas: deficiência múltipla**. Uberlândia, 2012.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, out. 2005.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SANTANA, Paulina dos Passos Jordão; SILVA, Sileide Mendes da. Deficiência Múltipla no Contexto Escolar. **IV CINTEDI**, Edição Digital, nov. 2021, p. 1-8.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **INCLUSÃO: o paradigma do século 21**. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, out. 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UZÊDA, Sheila de Quadros. **Educação inclusiva**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. O método instrumental em psicologia. In: _____. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 93-101.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: 20/07/2024

Aceito em:01/10/2024